



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Aos dezasseis dias do mês de setembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **18.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
2. **REQ. N.º 1349/13 – PC N.º 291/13 – MARIA DOMINGUES CARVALHO**
3. **REQ. N.º 955/13 – PC N.º 10/13 – EULÁLIA FARTO FRANCISCO**
4. **REQ. N.º 1402/13 – PC N.º 313/13 – JOÃO RODRIGUES CORREIA**
5. **REQ. N.º 1141/13 – PC N.º 358/12 – SOLO E BETÃO – COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA.**
6. **REQ. N.º 1377/13 – PC N.º 17/13 – TESTE - SOCIEDADE DE MOLDES E INJEÇÃO DE PLÁSTICOS, LDA**
7. **REQ. N.º 1186/12 – PC N.º 412/11 – JACINTO DUARTE JORGE**
8. **REQ. N.º 1328/11 – PC N.º 139/05 – JOÃO CARLOS CUNHA CRUZ**

9. REQ. N.º 1110/13 – PC N.º 213/13 – AFONSO MANUEL ROLDÃO
10. REQ. N.º 1431/13 – PC N.º 329/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
11. REQ. N.º 1429/13 – PC N.º 327/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
12. REQ. N.º 1432/13 – PC N.º 330/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
13. REQ. N.º 1430/13 – PC N.º 328/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
14. REQ. N.º 1405/13 – PC N.º 316/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
15. REQ. N.º 1404/13 – PC N.º 315/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
16. REQ. N.º 1425/13 – PC N.º 325/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.
17. REQ. N.º 1424/13 – PC N.º 324/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.
18. REQ. N.º 1437/13 – PC N.º 332/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.
19. “RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO” - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO.
20. “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.
21. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” - CP 06/2010 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (JUNHO 2011 A MARÇO 2013) DO CONTRATO INICIAL.
- 21-A. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” - CP 06/2010 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (ABRIL 2013 A AGOSTO 2013) DO CONTRATO INICIAL.
22. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS- CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
23. P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - “ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013”- CONTRATO CELEBRADO EM 29-08-2011 – APRECIACÃO

24. P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - *"ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013"*- REVISÃO DE PREÇOS
25. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2013.
26. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2014
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE *"SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014"*- *REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM 14-08-2013*
28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE *"SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014- PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013"*
29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE *"SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014"*- *REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM 14-08-2013*
30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DE ESPECIALIDADES RELATIVOS AO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DE CONCELHO, NAS COMPONENTES DE INSTALAÇÃO ELETRICA, TELECOMUNICAÇÕES, CLIMATIZAÇÃO/AVAC, TÉRMICA/CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA/EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS,*

***INTRUSÃO, MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO E OUTROS DIVERSOS EXIGIDOS POR
LEI, APLICÁVEIS A EDIFÍCIOS COM AS FUNCIONALIDADES DO EDIFÍCIO
CAMARÁRIO”***

31. DOAÇÃO DE DIVERSOS BENS A ESCOLAS DO CONCELHO.
32. ATRIBUIÇÃO DO FOGO N.º 36, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL, AO CANDIDATO NORBERTO DA SILVA FERREIRA, ADMITIDO NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL LANÇADO PARA ESTE FIM.
33. ATRIBUIÇÃO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 3.º ESQUERDO DO BLOCO M, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA, À CANDIDATA ERMESINDA MARIA CARDOSO GOMES, ADMITIDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL LANÇADO PARA ESTE FIM.
34. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE, RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA – PARA VIGORAREM A PARTIR DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013
35. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO.
36. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA CULTURAL.
37. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA CULTURAL. ATIVIDADES PONTUAIS
38. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA DESPORTIVA
39. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. ÁREA DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
40. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA SOCIAL

40-A - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA SOCIAL

41. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA SOCIAL. APPACDM MARINHA GRANDE

42. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA

43. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA CULTURAL. SPORT IMPÉRIO MARINHENSE

44. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA SOCIAL. S. SILVESTRE MOITA

45. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”.

46. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de quinze processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Iluminação da Praça Stephens – parece-lhe que é desadequada, pois em sua opinião e na de outras pessoas que ouviu, a praça fica extremamente escura. Entende que deveria ser remetido aos serviços para estudarem a adequação ou não em termos de luminosidade ou se tem que ser revista. Gostaria também de saber se foi feito algum estudo luminotécnico antes da colocação deste tipo de candeeiros;
- ⇒ Revista do Município – não pretende estabelecer qualquer paralelo com o que aconteceu há quatro anos, até porque entende que é legítimo dar conta daquilo que a Câmara faz, contudo **requer, relativamente às obras elencadas da página 22 à página 50, que lhe sejam fornecidas, até final da reunião, listagens com a data de início do processo concursal, data de início da respetiva obra e data de conclusão.**

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos colocou a seguinte questão:**

- ⇒ Cafetaria – foi adjudicada a um jovem que está desempregado e diz que não inicia a actividade por não ser culpa sua, pelo que pretende saber o que se passa.
O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que o problema da bancada elétrica está resolvido e que o adjudicatário tem vindo tirar medidas com os seus fornecedores, pelo que está tudo em andamento.
- ⇒ parece-lhe que é desadequada, pois em sua opinião e na de outras pessoas que ouviu, a praça fica extremamente escura. Entende que deveria ser remetido aos serviços para estudarem a adequação ou não em termos de luminosidade ou se tem que ser revista. Gostaria também de saber se foi feito algum estudo luminotécnico antes da colocação deste tipo de candeeiros;

▪ **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Entrega de documentos – recebeu do Sr. Presidente os documentos que respondem ao solicitado na última reunião de Câmara;
- ⇒ Eleições autárquicas – apresentou cumprimentos aos dois membros do executivo que tal como ele próprio são candidatos às próximas eleições e fez votos para que a campanha decorra dentro da maior normalidade possível, pugnando cada um dos candidatos pela sua candidatura.

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos** disse que subscreve as palavras do Dr. Vítor Pereira.

- O **Sr. Presidente** referiu que vai também procurar corresponder ao que foi dito pelo Dr. Vítor Pereira.
- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** disse que dos presentes é o único que não vai estar envolvido no ato eleitoral, apesar de ser o mandatário da CDU. Entende que uma coisa são as ideias, as críticas ao que foi feito e não foi feito, devendo ser postos de lado os ataques pessoais, até porque todos irão continuar a ter responsabilidades a partir do dia 30 de setembro e todos deverão trabalhar para o mesmo fim.
- O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu à questão da iluminação da Praça Stephens, informando que foi feito o estudo da iluminação, contudo ela ainda não está completa, pois trata-se de iluminação led.



1 - 18.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

810 - Presente proposta da 18ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

16ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 144.025,00 euros nos reforços e de 144.025,00 euros nas anulações;

13.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013 no valor de 56.245,00 euros nos reforços e de 56.245,00 euros nas anulações;

15.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013 no valor de 67.780,00 euros nos reforços e de 88.280,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 18ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1349/13 – PC N.º 291/13 – MARIA DOMINGUES CARVALHO

811 - Presente processo de licenciamento, em nome de Maria Domingues Carvalho, com o NIF – Numero de identificação Fiscal 129 984 892, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 2, Marinha Grande, para a alteração de uso de armazém para indústria e legalização de alterações e ampliação de um edifício existente na Rua das Laranjeiras, n.º 2-A, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.727 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.985, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 10/09/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC n.º 344/95, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 390, emitido em 30/05/95;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Maria Domingues Carvalho, com o NIF – Numero de Identificação de Pessoa Coletiva 129 984 892, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 2, Marinha Grande, para a alteração de uso de armazém para indústria e legalização de alterações e ampliação de um edifício existente na Rua das Laranjeiras, n.º 2-A, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.727 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.985, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

3.- Deliberou igualmente informar o requerente do seguinte:

a) Sendo a atividade industrial pretendida do tipo 3, encontra-se a mesma sujeita ao procedimento de mera comunicação prévia, nos termos da alínea c) do artigo 12º do SIR – Sistema de Industria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, sendo a entidade coordenadora do respetivo licenciamento industrial a Câmara Municipal;

b) Nos termos do n.º 6 do artigo 57º do RMEUMMG, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 955/13 – PC N.º 10/13 – EULÁLIA FARTO FRANCISCO

812 - Presente requerimento n.º 955/13, datado 2013/06/24, constante do processo camarário n.º 10/13, subscrito por Eulália Farto Francisco, NIF – Numero de identificação Fiscal 113 644 574, com residência na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, inerente ao pedido de licenciamento para a “*Legalização de Ampliação e Alteração de Moradia e Anexos*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.879/1991014 e na inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.921, da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Presente processo camarário n.º 333/76, em nome de João Carlos dos Anjos Lopes, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de uma Moradia*”, levada a efeito no referido prédio, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 490/76, de 04/05.

Presente processo camarário n.º 142/00, em nome de João Carlos dos Anjos Lopes, referente ao licenciamento da obra de “*Ampliação de Moradia*” referida, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 447/00, de 19/06.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/09/05.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/09/05 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir o pedido de licenciamento subscrito por Eulália Farto Francisco, NIF – Numero de identificação Fiscal 113 644 574, com residência na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria para a “*Legalização de Ampliação e Alteração de Moradia e Anexos*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 58, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.879/1991014 e na inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.921, da referida freguesia de Vieira de Leiria com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de retificação n.º 22- E/98, de 30/11.**

Deliberou, igualmente, informar a requerente do seguinte:

- a) Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida da realização de vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1402/13 – PC N.º 313/13 – JOÃO RODRIGUES CORREIA

813 - Presente processo de licenciamento, em nome de João Rodrigues Correia, com o NIF 148 590 058, residente na rua Dr. António Luís Gomes, Bloco D, n.º 1A, 1º F, Praia da Vieira, Vieira de Leiria, Marinha Grande, para a alteração e ampliação de um estabelecimento de bebidas, existente na Avenida dos Pescadores, lote 34, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 397 e na matriz predial urbana, sob o n.º 4508, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica datada de 11/09/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;
Presente parecer externo da Administração regional de Saúde do Centro.

A Câmara Municipal delibera:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de João Rodrigues Correia, com o NIF 148 590 058, residente na rua Dr. António Luís Gomes, Bloco D, n.º 1A, 1º F, Praia da Vieira, Vieira de Leiria, Marinha Grande, para a alteração e ampliação de um estabelecimento de bebidas, existente na Avenida dos Pescadores, lote 34, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 397 e na matriz predial urbana, sob o n.º 4508, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os seguintes elementos:**
 - a) Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
 - b) Peças escritas retificadas nas quais se não faça referência à realização de eventuais obras isentas de controlo prévio;**
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra;**
- 3.- As instalações deverão cumprir o disposto no parecer da ARSC, que se anexa à presente deliberação.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1141/13 – PC N.º 358/12 – SOLO E BETÃO – COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA.

814 - Presente processo de licenciamento, em nome de Solo e Betão - Compra e Venda de Imóveis, Lda., com o NIPC - Numero de Identificação de Pessoa Coletiva 504 583 875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a alteração em obra de um edifício destinado a armazém, existente na Estrada do Fagundo, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob

o n.º 19.805 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.725-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande;
Presente informação técnica datada de 10/09/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;
Presente processo antecedente, aprovado em reunião de Câmara de 24 de janeiro de 2013 a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 36/13, emitido a 14 de março de 2013 e válido à data da apresentação do presente pedido;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Solo e Betão - Compra e Venda de Imóveis, Lda., com o NIPC- Numero de Identificação de Pessoa Coletiva 504 583 875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a alteração em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de um edifício destinado a armazém, existente na estrada do Fagundo, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.805 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.725-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1377/13 – PC N.º 17/13 – TESTE - SOCIEDADE DE MOLDES E INJEÇÃO DE PLÁSTICOS, LDA

815 - Presente pedido de alteração de um processo de licenciamento, em nome de Teste - Sociedade de Moldes e Injeção de Plásticos, Lda., com o NIPC - Numero de Identificação de Pessoa Coletiva 503 370 088, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, lugar de Cumeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a construção de um muro e pavimentação de estacionamento, a executar no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.660 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.035, da freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a substituição do material destinado ao revestimento previsto para a área de estacionamento, para grelhas de enrelvamento;

Presente informação técnica datada de 09/09/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;
Presente processo que se pretende alterar, aprovado em reunião de Câmara de 30/05/2013;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o pedido de substituição do material destinado ao revestimento previsto para a área de estacionamento, para grelhas de enrelvamento, referente ao processo de licenciamento em nome de Teste - Sociedade de Moldes e Injeção de Plásticos, Lda., com o NIPC - Numero de Identificação de Pessoa Coletiva 503 370 088, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, lugar de Cumeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande,

aprovado em reunião de Câmara de 30/05/2013, relativo à construção de um muro e pavimentação de estacionamento, a executar no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.660 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.035, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1186/12 – PC N.º 412/11 – JACINTO DUARTE JORGE

816 - Presente Pedido de Informação Prévia relativo à viabilidade de “*Legalização da Alteração e Ampliação de Edificação*” existente, levada a efeito num prédio sito na Rua do Boco, lugar de Boco, freguesia de Vieira de Leiria, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2795/19930106 e omissa na matriz.

Presentes os seguintes antecedentes:

- Processo Camarário n.º 2809/69, em nome de Jacinto Duarte Jorge, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de uma Moradia*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença n.º 745/69, de 30/10.
- Processo Camarário n.º 105/73, em nome de Jacinto Duarte Jorge, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de uma Garagem e Arrumos*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença n.º 639/73, de 16/08.
- Processo Camarário n.º 384/80, em nome de Jacinto Duarte Jorge, referente ao licenciamento da obra de “*Alteração de Cobertura de um Barracão*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença n.º 535/80, de 19/05.
- Processo Camarário n.º 72/93, em nome de Jacinto Duarte Jorge, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de um Anexo*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença n.º 321/93, de 21/05.
- Processo Camarário n.º 151/11, de 21/04, referente ao “*Pedido de Autorização de Utilização*” para a referida edificação, indeferido por despacho datado de 2011/06/21, “*(...) por a obra não confrontar com os projetos aprovados (...)*”, nomeadamente “*(...) por se verificar a alteração da compartimentação interior da habitação e dos anexos, a alteração das redes de água e esgotos e a alteração das suas fachadas(...)*”.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2013/09/10, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico dos serviços datado de 2013/09/10, a Câmara deliberou informar ser viável a “*Legalização da Alteração e Ampliação de Edificação*” existente, sendo que, no pedido de licenciamento a apresentar, nos termos agora propostos, o mesmo ficará sujeito à verificação do cumprimento dos parâmetros urbanísticos definidos no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, bem como à verificação das demais normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, devendo ainda prever o recuo do muro de vedação existente confinante com a Rua do Boco, para o alinhamento do muro de vedação do prédio que confina a Norte, com a correspondente execução de passeio na continuidade do passeio já existente.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Mais deliberou, notificar o requerente para, no prazo de 30 dias a contar da data de notificação, apresentar o pedido de licenciamento tendo em vista a regularização das obras executadas sem o respetivo licenciamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1328/11 – PC N.º 139/05 – JOÃO CARLOS CUNHA CRUZ

817 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento registado sob o n.º 139/05, em nome de João Carlos Cunha Cruz, com o NIF 182 129 918, com escritório na Rua de Leiria, Centro de Negócios “Maper”, Escritório AL, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a construção de um edifício destinado a habitação e comércio, a construir na Rua Vieira de Leiria, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8084 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 166, da freguesia e concelho da Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião Camarária de 12/08/2010. Presente informação técnica datada de 10/09/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 12/08/2010, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de um edifício destinado a habitação e comércio, a construir na Rua Vieira de Leiria, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.084 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 166, da freguesia e concelho da Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento n.º 139/05, João Carlos Cunha Cruz, com o NIF 182 129 918, com escritório na Rua de Leiria, Centro de Negócios “Maper”, Escritório AL, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 790/13, datado de 19/08/2013, rececionado em 21/08/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 10 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 04/09/2013;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual – RJUE, bem como o prazo objeto de prorrogação concedida por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 09/02/2012, sem que o titular do processo n.º 139/05, João Carlos Cunha Cruz, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de construção

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

de um edifício destinado a habitação e comércio, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1110/13 – PC N.º 213/13 – AFONSO MANUEL ROLDÃO

818 - Presente processo de licenciamento, em nome de Afonso Manuel Roldão, com o NIF – Numero de Identificação Fiscal, 117 852 040, residente na Avenida 1ª de Maio, n.º 161, Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a armazém, existente na Avenida Eng.º Arala Pinto, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.100 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.104, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 11/09/2013 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC 908/74, relativo a construção de garagem com 3x3 m, aprovado em reunião de Câmara de 10/09/1974, PC 87/94, relativo ao pedido de reparação de um telhado, aprovado em reunião de Câmara de 5/05/1994 e PC 50/2000, a requerer a legalização das instalações existentes, indeferido em reunião de Câmara de 29/08/2001;

A Câmara Municipal deliberou:

Notificar o requerente, Afonso Manuel Roldão, com o NIF 117 852 040, residente na Avenida 1ª de Maio, n.º 161, Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu processo, referente a legalização de um edifício destinado a oficina, existente na Avenida Eng. Arala Pinto, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.100 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15104, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar o disposto no artigo 121º do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, por ser a obra suscetível de comprometer, pela localização, aparência e proporções, o aspeto do conjunto edificado em que se integra, e por contrariar igualmente o disposto no n.º 8 do artigo 5º do regulamento do PDM da Marinha Grande para a área central quanto ao número mínimo de lugares de estacionamento a assegurar dentro da parcela.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1431/13 – PC N.º 329/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

819 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua David Mourão Ferreira, sendo a proposta de execução apresentada pela Rua Miguel Torga, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 06/02/2013, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

“A conduta de gás na Rua Miguel Torga encontra-se na faixa de rodagem e este arruamento foi muito recentemente alvo de uma intervenção profunda através da empreitada “Requalificação de diversos arruamentos na Várzea – Rua Natália Correia e troço da Rua Miguel Torga (antiga Rua 4) – CP 03/10 (DIRM). Aquando da execução desta empreitada, a Lusitaniagás foi informada da sua execução para que programasse a execução de todas as infraestruturas necessárias nesses arruamentos. Assim, e uma vez que a intervenção agora solicitada implica corte do pavimento e intervenção na faixa de rodagem na Rua Miguel Torga (..) não deve ser autorizada a solicitação apresentada.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1429/13 – PC N.º 327/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

820 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua Natália Correia, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, bem como despacho do Sr. Vereador, datados de 22/10/2012, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

Uma vez que a Rua Natália Correia foi muito recentemente alvo de uma intervenção profunda, nomeadamente através da empreitada “Requalificação de diversos arruamentos na Várzea – Rua Natália Correia e troço da Rua Miguel Torga (antiga Rua 4) – CP 03/10 (DIRM)”, e dado que a Lusitaniagás não manifestou interesse na intervenção no decurso dessas obras, não deve ser autorizada a solicitação apresentada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1432/13 – PC N.º 330/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

821 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala em 7,00 m de betuminoso e 1,00 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito em Rua das Acácias, n.º 14 A, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 07/11/2012, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 7,00 m de betuminoso e 1,00 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito em Rua das Acácias, n.º 14 A, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 1430/13 – PC N.º 328/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

822 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala em 1,00 m de betuminoso e 1,50 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito em Beco à Rua da Juventude, n.º 10, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 22/10/2012, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1,00 m de betuminoso e 1,50 m de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito em Beco à Rua da Juventude, n.º 10, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 1405/13 – PC N.º 316/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

823 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala em diversas ruas da freguesia de Marinha Grande, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito, nomeadamente, em Rua do Rego, Rua das Lagoinhas, Rua Caminho da Amoreira, lugar de Garcia; Rua das Fontainhas, Rua do Corgo, lugar de Comeira; Largo da Avenida José Gregório, Rua Aníbal H. Abrantes, Travessa ao largo do Casal dos Ossos, Bairro Mariano e Urbanização Primavera (Rua das Heras, Rua dos Fetos e arruamento que liga a Rua da Azinheira à Rua dos Fetos), freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 22/02/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala a levar a efeito, nomeadamente, em Rua do Rego, Rua das Lagoinhas, Rua Caminho da Amoreira, lugar de Garcia; Rua das Fontainhas, Rua do Corgo, lugar de Comeira; Largo da Avenida José Gregório, Rua Aníbal H. Abrantes, Travessa ao largo do Casal dos Ossos, Bairro Mariano e Urbanização Primavera (Rua das Heras, Rua dos Fetos e arruamento que liga a Rua da Azinheira à Rua dos Fetos), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras.
- No Largo na avenida José Gregório, a vala deve ser executada na berma, junto às construções existentes.
- Na rua das heras, a infraestrutura deve ser executada no passeio.
- O arruamento que liga a Rua da Azinheira à Rua dos fetos, ainda é propriedade do loteador, aconselhando-se a que os trabalhos referentes à rede de gás sejam concluídos antes da pavimentação do arruamento.
- Para os devidos efeitos, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 1404/13 – PC N.º 315/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO,S.A.

824 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua das Laranjeiras e na Rua das Forçadas (Garcia), freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 22/02/2013, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

“O pavimento em betuminoso apresenta-se em bom estado de conservação sem cortes ou reparações, pelo que o corte do pavimento para a execução da infraestruturas traz inconveniente.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 1425/13 – PC N.º 325/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.

825 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 15,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Adolfo Leitão, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/03/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaíu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 15,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Adolfo Leitão, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- O corte deve ser de pavimento deve ser feito de forma a evitar a interrupção da via.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 1424/13 – PC N.º 324/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.

826 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 15,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Beco das Chedas, lugar de Boco, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/03/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaíu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 15,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Beco das Chedas, lugar de Boco, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- A vala deve ser aberta na berma e o pavimento deverá ser repostos nas mesmas condições em que se encontrava antes da execução da obra.
- O corte deve ser de pavimento deve ser feito de forma a evitar a interrupção da via.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 1437/13 – PC N.º 332/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A.

827 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 800,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/03/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 800,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- A partir do km 4,400 até ao limite do concelho, o arruamento objeto da pretensão (ER 349), encontra-se sob jurisdição das Estradas de Portugal, pelo que no que diz respeito à intervenção a levar a cabo nesse troço, deverão obter a autorização junto daquela entidade.
- No que diz respeito ao troço sob jurisdição desta Autarquia, vala deve ser executada na berma do lado direito, devendo a travessia do troço ocorrer junto à placa da localidade de “Boco”, mesmo no local onde existe uma lomba/deformação, provocada por raízes de árvores, devendo esta deformação ser anulada com a intervenção, passando, neste ponto, a execução dos trabalhos a ocorrer no lado esquerdo da berma.
- O pavimento deverá ser repostado nas mesmas condições em que se encontrava antes da execução da obra.
- O corte deve ser de pavimento deve ser feito de forma a evitar a interrupção da via e deverá ser promovida a correção da deformação mencionada no ponto anterior.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 10:55 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

19 - “RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO” - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO.

828 - Presente projeto de execução para a construção do “RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO”, desenvolvido pela firma CSA – Carlos Serrano & Associados, Engenheiros Consultores, L.da, no seguimento da deliberação camarária, datada de 2 de maio de 2013, através da qual foi aprovado o anteprojecto.

Considerando que os elementos que compõem o projeto se encontram elaborados de acordo com a Portaria N.º 701-H/2008, de 29 de junho e com o Caderno de Encargos.

A Câmara Municipal delibera aprovar o projeto de execução respeitante à construção do “RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO”, elaborado por CSA – Carlos Serrano & Associados, Engenheiros Consultores, L.da, por respeitar as normas legais aplicáveis, designadamente a Portaria N.º 701-H/2008, de 29 de junho e com o Caderno de Encargos.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

21 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” - CP 06/2010 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (JUNHO 2011 A MARÇO 2013) DO CONTRATO INICIAL.

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

**21-A - "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA" - CP
06/2010 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (ABRIL 2013 A AGOSTO 2013) DO
CONTRATO INICIAL.**

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

**22 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS- CASA DA CULTURA – CP N.º
06/2010 - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES**

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

**23 - P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - "ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS
2011/2012 E 2012/2013"- CONTRATO CELEBRADO EM 29-08-2011 - APRECIAÇÃO**

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

**24 - P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - "ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS
2011/2012 E 2012/2013"- REVISÃO DE PREÇOS**

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

**25 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE AGOSTO DE
2013.**

829 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada em 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a

obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;

- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de Agosto de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2014

830 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de Setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de Setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presentes as informações n.º 1/1906/2013, n.º 1/1920/2013 e n.º 1/1922/2013 e requisição interna n.º 10846 dos serviços da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação e da Divisão de Administração e Modernização nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2014”* tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para a contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2014”*, nas classificações orgânica/económica 0103/020212, 0103/0103090101 e 0103/0103090103, ação do PAM 2013/A/20.

Considerando que o preço base a aplicar é de 92.996,89€, isento de IVA, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar com a da contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014”- REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM 14-08-2013

831 - Considerando que por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal de 14/08/2013, foi deliberado conceder parecer prévio favorável à contratação dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014*”.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos seguintes casos:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que na acção do PAM 2013/A/34, denominada de “*GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LETIVO 2013/2014*” já foram assumidos compromisso para o ano 2014 no valor de 80.423,04€, conforme listagem anexa.

Considerando que a abertura de procedimento e a consequente adjudicação dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014*” implicaria a assunção de compromissos para o ano de 2014 de valor superior ao limite de 99.759,58€, deliberado na sessão 28/12/2012 da Assembleia Municipal, na ação do Plano de Atividades Municipais 2013/A/34.

A Câmara Municipal delibera revogar a deliberação tomada na reunião de câmara de 14/08/2013 nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 140 do Código do Procedimento administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**28 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE
DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO
BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE
ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO
LETIVO 2013/2014- PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013”**

832 - Considerando que por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal de 14/08/2013, foi deliberado conceder parecer prévio favorável para a contratação dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014*”, mas que, considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos seguintes casos:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que na acção do PAM 2013/A/34, denominada de “*GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LETIVO 2013/2014*” já foram assumidos compromisso para o ano 2014 no valor de 80.423,04€, conforme listagem anexa.

Considerando que a abertura de procedimento e a consequente adjudicação dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014*” implicaria a assunção de compromissos no ano de 2014 de valor superior ao limite de 99.759,58€ deliberado na sessão 28/12/2012 da Assembleia Municipal, na acção do PAM 2013/A/34, motivo pelo qual foi aprovada a revogação da deliberação tomada em 14/08/2013.

Considerando que é necessário garantir o início das actividades de natação nos agrupamentos nascente e poente no início do ano lectivo 2013/2014, de modo que os alunos do concelho com aulas neste estabelecimento beneficiem de aulas de natação no período de setembro a dezembro de 2013.

Presente a informação n.º 1/1901/2013 e requisição interna n.º 12670 do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

E considerando que:

A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do

parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando ainda que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Considerando que se pretende adotar o procedimento de Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de serviços de “Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, *para o período de Setembro a Dezembro de 2013*”, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para contratação de serviços de “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o período de Setembro a Dezembro de 2013*”, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que o preço base a aplicar é de 6.480,16€, isento de I.V.A., sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o período de Setembro a Dezembro de 2013*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

29 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014”- REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM 14-08-2013

833 - Considerando que por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal de 14/08/2013, foi deliberado conceder parecer prévio favorável à contratação dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014*”.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos seguintes casos:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que na acção do PAM 2013/A/34, denominada de “*GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LETIVO 2013/2014*” já foram assumidos compromisso para o ano 2014 no valor de 80.423,04€, conforme listagem anexa.

Considerando que a abertura de procedimento e a consequente adjudicação dos “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014*” implicaria a assunção de compromissos para o ano de 2014 de valor superior ao limite de 99.759,58€, deliberado na sessão 28/12/2012 da Assembleia Municipal, na acção do Plano de Atividades Municipais 2013/A/34.

A Câmara Municipal delibera revogar a deliberação tomada na reunião de câmara de 14/08/2013 nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 140 do Código do Procedimento administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DE ESPECIALIDADES RELATIVOS AO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DE CONCELHO, NAS COMPONENTES DE INSTALAÇÃO ELETRICA, TELECOMUNICAÇÕES, CLIMATIZAÇÃO/AVAC, TÉRMICA/CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA/EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, INTRUSÃO, MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO E OUTROS DIVERSOS EXIGIDOS POR LEI, APLICÁVEIS A EDIFÍCIOS COM AS FUNCIONALIDADES DO EDIFÍCIO CAMARÁRIO”

Assunto retirado da ordem do dia.

31 - DOAÇÃO DE DIVERSOS BENS A ESCOLAS DO CONCELHO.

834 - Presente informação da Área de Património n.º I/1739/2013, de 03/07/2013, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia de bens/equipamentos doados a diversas escolas do concelho da Marinha Grande.

Assim e para os devidos efeitos de aceitação dos bens em questão, passamos a enumerar os mesmos:

Localização/Afetação	Designação	Quantidade	Valor (€)
ESCOLA E.B. FONTE SANTA (E/3065/2013)	RÁDIO LEITOR DE CD - MUSE	1	40,64 €
ESCOLA E.B. FONTE SANTA (E/3065/2013)	MONITOR LED LG 24”	1	189,90 €
ESCOLA E.B. FONTE SANTA (EDIFÍCIO JARDIM DE INFANCIA)	COLUNA DE SOM (PRETA) “IBIZA SOUND” MK – 12 AMP-USB	2	30,00 €
JARDIM INFÂNCIA VÁRZEA (E/4701/2013)	PC BOXY SYSTEMS TELLUS	1	496,22 €
JARDIM INFÂNCIA VÁRZEA (E/4701/2013)	PC BOXY SYSTEMS TELLUS	1	496,22 €
JARDIM INFÂNCIA VÁRZEA (E/4701/2013)	PC BOXY SYSTEMS TELLUS	1	496,22 €
JARDIM INFÂNCIA VÁRZEA (E/5897/2013)	MONITOR ASUS V5238N LED – SQ 351932	1	159,00 €
JARDIM INFÂNCIA VÁRZEA (E/5897/2013)	MONITOR ASUS V5238N LED - SQ:351933	1	159,00 €
JARDIM INFÂNCIA VÁRZEA (E/5897/2013)	COLUNAS HP 2.0 MULTI	2	20,99 €
		Total	2.088,19 €

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo que estes equipamentos podem contribuir para a melhoria das condições dos referidos estabelecimentos de ensino, delibera, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aceitar as referidas doações.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

32 - ATRIBUIÇÃO DO FOGO N.º 36, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL, AO CANDIDATO NORBERTO DA SILVA FERREIRA, ADMITIDO NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL LANÇADO PARA ESTE FIM.

835 - Presente informação n.º 2011 da D.C.D., datada de 10 de setembro de 2013, referente à necessidade de se dar continuidade ao realojamento de mais um agregado familiar, admitido no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 37 habitações sociais.

Mais se informa que, a habitação a atribuir ao candidato mencionado em epígrafe, de tipologia T1, é adequada à constituição do agregado familiar.

Considerando que, a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do referido concurso foi, recentemente, aprovada em reunião de câmara de 4 de abril do corrente ano;

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que, neste momento o fogo n.º 36 de tipologia T1, sito na Rua Adriano Marques Nobre se encontra, de acordo com informação prestada pela DISU, em condições de ser habitado;

Considerando que, a constituição do agregado familiar do candidato em causa se adequa ao realojamento num fogo desta tipologia;

Considerando que, é interesse do próprio ser realojado neste fogo,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir a habitação social abaixo indicada ao candidato Norberto da Silva Ferreira, sendo a renda a aplicar, no valor indicado no quadro seguinte:

RUA ADRIANO M. NOBRE

MORADOR	FOGO	LOTE	TIPOLOGIA	RENDA
Norberto da Silva Ferreira	36	16	T1	20,85€

Mais delibera que o valor da renda entre em vigor, a partir do próximo mês de outubro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - ATRIBUIÇÃO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 3.º ESQUERDO DO BLOCO M, SITA NA AVENIDA DA LIBERDADE, CASAL DE MALTA, À CANDIDATA ERMESINDA MARIA CARDOSO GOMES, ADMITIDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL LANÇADO PARA ESTE FIM.

836 - Presente informação n.º 2012 da D.C.D., datada de 10 de setembro de 2013, referente à necessidade de se dar continuidade ao realojamento de mais um agregado familiar, admitido no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 37 habitações sociais.

Mais se informa que, a habitação a atribuir ao candidato mencionado em epígrafe, de tipologia T2, é adequada à constituição do agregado familiar.

Considerando que, a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do referido concurso foi, recentemente, aprovada em reunião de câmara de 4 de abril do corrente ano;

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que, neste momento a fração correspondente ao 3.º esquerdo do Bloco M, de tipologia T2, sita na Avenida da Liberdade, Casal de Malta, se encontra, de acordo com informação prestada pela DISU, em condições de ser habitada;

Considerando que, a constituição do agregado familiar do candidato em causa se adequa ao realojamento num fogo desta tipologia;

Considerando que, é interesse da própria ser realojada neste fogo,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir a habitação social abaixo indicada à candidata Ermesinda Maria Cardoso Gomes, sendo a renda a aplicar, no valor indicado no quadro seguinte:

RUA ADRIANO M. NOBRE

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	TIPOLOGIA	RENDA
Ermesinda Maria Cardoso Gomes	M	3.º ESQ.º	T2	26,26€

Mais delibera que o valor da renda entre em vigor, a partir do próximo mês de outubro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE, RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA – PARA VIGORAREM A PARTIR DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

837 - Presente informação nº 2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 11/09/2013, referente à atualização anual das rendas de habitação social, do Bairro do Camarnal Velho, Praceta da Liberdade, Rua General Humberto Delgado e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:

Camarnal Velho

Morador	Fogo	Data Contrato	Renda 2012	Renda 2013
Carlos Manuel Loureiro Santos	Nº3	24/06/2000	36,14€	29,43€

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENDA 2012	RENDA 2013
1	Vítor Manuel L. Raimundo	R/C Dto.	01/10/2000	92,81€	104,72€
4	Maria Conceição R. Carvalho	R/C Dto.	23/04/1999	23,81€	23,81€
5	Maria de Lurdes M. Delgado	R/C Esq.	22/12/1997	37,48€	37,48€
8	Maria Celeste P. Marques	2º Esq.	21/05/1998	157,30€	21,90€
8	Hortênsia Batista Ascenso	3º Esq.	23/03/2000	29,22€	4,85€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Rua General Humberto Delgado

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2012	RENTA 2013
32	Lavínia M ^a S. N. Elói Martins	3 ^a B	01/07/1994	89,09€	89,09€

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2012	RENTA 2013
1	Idalina Lourenço Escada	2 ^a B	04/11/2004	13,62€	23,55€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor a partir do dia 1 de novembro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO.

838 - Presente informação n.º 1992 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 4 de setembro do corrente ano, a dar conta da necessidade de se proceder à atualização anual de algumas rendas de habitação social, com efeitos a partir de novembro do presente ano.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação do valor do preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando a apresentação dos rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido dos agregados familiares,

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização das seguintes rendas de habitação social:

A PARTIR DE NOVEMBRO:

Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
Maria Adelaide Bernardes	24	04/11/2004	4,85€	4,85€
Rui Martins da Silva	45	04/11/2004	142,23€	144,27€
Arminda Jesus Coutinho Dinis	51	04/11/2004	59,45€	59,45€
Maria Adelina M. Veiga	85	04/11/2004	4,85€	4,85€
Lina Alexandra Bessa Pereira	97	04/11/2004	211,18€	191,50€
Graça Maria G. Nascimento	12	04/11/2004	12,36€	5,06€

Rua António Lopes

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
Diamantina Henriques	4	04/11/2004	12,35€	12,35€
Pedro Carmo	29	04/11/2004	17,00€	17,00€
Avelino Santos	35	04/11/2004	5,11€	4,85€
Licínia Gomes Cruz Marques	52	04/11/2004	11,91€	4,85€
Letícia Correia	55	04/11/2004	96,69€	97,40€
Maria da Conceição Alvadia	78	21/10/2004	13,57€	28,97€

Rua Bairro do Camarnal

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
João Lucas Henriques	50	04/11/2004	51,09€	53,84€

Mais delibera que os valores de renda a aplicar, calculados nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entrem em vigor a partir de 1 de novembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA CULTURAL.

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

37 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA CULTURAL. ATIVIDADES PONTUAIS

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

38 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA DESPORTIVA

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

39 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. ÁREA DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

40 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA SOCIAL

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

40-A - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA SOCIAL

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

41 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA SOCIAL. APPACDM MARINHA GRANDE

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

42 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

43 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA CULTURAL. SPORT IMPÉRIO MARINHENSE

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

44 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA SOCIAL. S. SILVESTRE MOITA

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

45 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS".

Assunto a ser apreciado e votado na continuação da presente reunião, dia 17/09/2013.

46 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia treze de setembro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 2.529.429,20€** (dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e nove euros e vinte cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

839 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos no dia 16 de setembro de 2013, imediatamente a seguir aos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia:

1. REQ. N.º 1269/13 – PC N.º 186/12 – HERNÂNI DOMINGUES DE SOUSA CARDOSO
2. REQ. N.º 1459/13 – PC N.º 262/12 – GUIDA & GUARDADO, LDA.
3. REQ. N.º 1822/12 – PC N.º 92/01 – URBIFIX - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA.
4. REQ. N.º 505/13 – PC N.º 57/13 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES
5. REQ. N.º 1457/13 – PC N.º 577/03 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.
6. REQ. N.º 1457/13 – PC N.º 577/03 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.
7. REQ. N.º 1003/11 – PC N.º 361/08 – ÂNGELA MARISA PEREIRA LOPES
8. REQ. N.º 1393/13 – PC N.º 635/01 – JOAQUIM NETO DA SILVA CARLOS
9. REQ. N.º 1286/13 – PC N.º 278/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
10. REQ. N.º 1282/13 – PC N.º 275/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
11. REQ. N.º 1284/13 – PC N.º 276/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
12. REQ. N.º 1285/13 – PC N.º 277/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
13. REQ. N.º 1343/13 – PC N.º 288/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
14. REQ. N.º 1347/13 – PC N.º 289/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
15. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2013. REQUERENTE: VIDROMECHANICA-METALOMECHANICA VIDREIRA LIMITADA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - REQ. N.º 1269/13 – PC N.º 186/12 – HERNÂNI DOMINGUES DE SOUSA CARDOSO

840 - Presente requerimento n.º 1269/13, datado de 2013/08/14, constante do processo camarário n.º 186/12, subscrito por Hernâni Domingues de Sousa Cardoso, NIF 224436830, com residência na Rua da Esperança, n.º 12 – 1.º Dto., lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a realização da obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação*”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua da Paz, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19644/20120530 e na respetiva Matriz sob o n.º 11278.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/09/12.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“(…)

Pelo requerimento em apreço, são aditados ao processo novos elementos por forma a dar cumprimento ao anterior Ofício n.º 66/13, de 18/01 e Ofício n.º 762/12, de 31/08. Assim, completada a instrução/correção da proposta de acordo com o conteúdo dos referidos ofícios, nomeadamente a correção dos alinhamentos referentes ao muro de vedação e passeio a levar a efeito, cumpre informar:

1. O processo em referência respeita ao pedido de licenciamento para a obra de “Construção de Moradia

Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação”, a levar a efeito.

2. De acordo com a Carta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, o prédio delimitado objeto da operação urbanística pretendida, não se encontra abrangido por servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

De acordo com a Carta de Ordenamento do mesmo plano, o referido prédio localiza-se em área afeta ao “Restantes Aglomerados Urbanos - Garcia”, em espaço designado por “Urbanizável”. Face ao n.º 10 do art.º 5.º do seu regulamento, os indicadores urbanísticos admissíveis/verificados à pretensão urbanística, são:

<i>Índices/Parâmetros</i>	<i>Admissíveis</i>	<i>Verificados</i>
<i>Área da Parcela</i>	<i>-----</i>	<i>949m²</i>
<i>Área Construção</i>	<i>237,25m² (25% da área prédio)</i>	<i>424,25m² (moradia: 363,05m²; anexo: 61,20m²)</i>
<i>Índice Construção Bruto</i>	<i>0,25</i>	<i>0,447</i>
<i>Densidade Habitacional Máxima</i>	<i>20 Fogos / ha</i>	<i>10,53 Fogos / ha 1 Fogo (máximo 1,898 Fogos)</i>
<i>Cércea Máxima</i>	<i>2 Pisos / 6,50m</i>	<i>2 Pisos / < 3,30m</i>
<i>Estacionamento Habitação</i>	<i>1 Lugar/ Fogo</i>	<i>Vários Lugares / Fogo</i>
<i>Estacionamento Comércio/Serviços</i>	<i>1 Lugar/100m² Área Coberta</i>	<i>-----</i>

4. Conforme se verifica no quadro exposto, a pretensão não garante o cumprimento do Índice de Construção Bruto definido, dado a área total de construção proposta para o

conjunto a edificar (moradia e anexo) ultrapassar a área máxima permitida para o prédio em causa.

5. No que respeita aos alinhamentos propostos para as faixas de rodagem/passeios e respetivos muros de vedação a levar a efeito nos limites do prédio confinantes com a Rua da Paz e caminho público existente a Sul, verifica-se que o projeto se encontra adequado à solução anteriormente desenvolvida e pelos respetivos serviços.

6. Relativamente aos muros de vedação a levar a efeito, nomeadamente no que respeita às alturas e sua constituição, verifica-se garantirem as condições definidas no art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.

*7. Face ao exposto, atendendo a que a pretensão não garante o cumprimento do Índice de Construção Bruto definido no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, dado a área total de construção proposta para a edificação (424,25m²) exceder a área máxima permitida para o prédio em causa (237,25m²), considera-se desde já que o projeto de arquitetura apresentado não reúne condições de aprovação, propondo o indeferimento da pretensão, fundamentado na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 10 do art. 5.º do referido regulamento.
(...)”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1459/13 – PC N.º 262/12 – GUIDA & GUARDADO, LDA.

841 - Presente processo de licenciamento de alterações em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, em nome de Guida & Guardado Lda, com o NIPC Número de Identificação de Pessoa Coletiva 503 812 129, com sede na Avenida Vitor Gallo, n.º 51, R/C direito, para a alteração e legalização de um estabelecimento destinado a restauração e bebidas, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16988 e na matriz predial urbana sob o n.º 7011, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 13/09/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, a que corresponde o alvará de licença de legalização n.º 77/13, emitido a 17/07/2013;

A Câmara Municipal delibera:

Deferir o processo de licenciamento de alterações em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de

março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, em nome de Guida & Guardado Lda, com o NIPC 503 812 129, com sede na avenida Vitor Gallo, n.º 51, R/C direito, para a alteração e legalização de um estabelecimento destinado a restauração e bebidas, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16988 e na matriz predial urbana sob o n.º 7011, da freguesia e concelho da Marinha Grande Deliberou igualmente informar a requerente que deverá solicitar o respetivo aditamento ao alvará emitido, nos termos do n.º 7 do artigo 27º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1822/12 — PC N.º 92/01 — URBIFIX - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA.

842 - Presente requerimento n.º 1822/12, datado de 08/11/2012, de URBIFIX — Sociedade de Investimentos e Construções Imobiliárias, Lda., titular do processo de licenciamento da operação de loteamento com o n.º 92/01 para o qual foi emitido o alvará loteamento n.º 01/2006, em 06/04/2006, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3.590 e 6.121, e inscritos nas Matrizes Prediais Rusticas sob os artigos n.ºs 2.357 e 2.409 da respetiva Freguesia., localizado em no Lugar de Comeira, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à execução da rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de águas residuais pluviais, infraestruturas viárias e espaços verdes.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Provisória Final de determinadas componentes e Receção Definitiva de outras componentes das referidas Obras de Urbanização.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Final e Provisória Final, a Câmara delibera:

Aceitar provisoriamente as obras de urbanização referente às componentes de execução das infraestruturas viárias e de arranjos exteriores, e aceitar definitivamente as obras de urbanização respeitantes às componentes da rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de águas residuais pluviais e mandar libertar até 90% do total da caução prestada relativamente às componentes rececionadas provisoriamente, e o restante da caução prestada nas restantes componentes, rececionadas definitivamente, conforme descrito no quadro abaixo, no montante de € 62.168,61 (sessenta e dois mil cento e sessenta e oito euros e sessenta e um cêntimos), da caução prestada através da garantia bancária n.º 125-02-0949075, sobre o banco Millenium BPC, emitida em 20 de fevereiro de 2006, ficando retidos € 15.580,82 (quinze mil quinhentos e oitenta euros e oitenta e dois cêntimos).

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

	Montante inicial	Montante já libertado	Montante a libertar	Valor a reter
Infraestruturas viárias	127.921,21 €	89.836,20 €	25.292,89 €	12.792,12 €
Espaços verdes	27.887,00 €	12.550,00 €	12.548,30 €	2.788,70 €
Redes de Abastecimento de água e de drenagem de águas residuais	97.304,91 €	72.977,49 €	24.327,42 €	- €
TOTAL	253.113,12 €	175.363,69 €	62.168,61 €	15.580,82 €

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 505/13 – PC N.º 57/13 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES

843 - Presente requerimento n.º 505/13, datado de 2013/04/05, constante do processo camarário n.º 57/13, subscrito por Maria Augusta Alves Lourenço Gomes e outros, NIF N.º 107410362, com residência na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a “*Alteração do Loteamento Urbano*”, a incidir sobre os lotes designados por “Lote n.º 3” e “Lote n.º 5”, do loteamento urbano sito na Rua dos Carreirinhos, lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 30/76, datado de 02/02.

Presente Processo Camarário n.º 1301/76, referente à “*Operação de Loteamento Urbano*”, levada a efeito no lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 30/1976, datado de 02/02, emitido em nome de Guilhermina Vitória.

Presente informação técnica da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 2013/05/29, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja sujeita a prévia discussão pública, antes de ser submetida a aprovação.

Presente informação técnica da Divisão Jurídica e de Comunicação, datada de 2013/07/01, garantindo que o Alvará de Loteamento n.º 30/1976, datado de 02/02, se encontra válido e eficaz.

Após análise da pretensão, bem como os referidos pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera sujeitar a discussão pública o pedido de “*Alteração do Loteamento Urbano*” titulado pelo Alvará n.º 30/76, em cumprimento do disposto no art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09 e n.º 2 do art. 28.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1457/13 – PC N.º 577/03 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.

844 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 577/03, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 24, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.773 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.942, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Leiriesperança – Construções, Lda., com o NIPC n.º 506778002, com sede na Rua da Fonte Velha, n.º 33, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por despacho do vereador do urbanismo datado de 07/01/2004.

Presente informação técnica datada de 13/09/2013, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por despacho do vereador do urbanismo datado de 07/01/2004, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 24, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.773 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.942, da referida freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande.

- O anterior titular do processo de licenciamento Adelino Esperança Pereira, residente em Rua do Carreirinho, n.º 15, lugar de Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria, foi notificado pelo ofício nº 2084, datado de 27/11/2008, rececionado em 28/11/2011, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento em virtude de não ter concluído as obras no prazo estipulado na licença e respetivas prorrogações;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

- O novo titular do processo vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Pressupõe o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, face à anterior notificação enviada em 27/11/2008, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 103.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando “os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 373/04, emitido em 18/10/2004 e objeto de prorrogações, cuja validade terminou em 03/10/2008, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1457/13 – PC N.º 577/03 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.

845 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 577/03, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 24, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.773 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.942, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Leiriesperança – Construções, Lda., com o NIPC n.º 506778002, com sede na Rua da Fonte Velha, n.º 33, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por despacho do vereador do urbanismo datado de 07/01/2004.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 373/04, emitido em 18/10/2004 e objeto de prorrogações, cuja validade terminou em 03/10/2008, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 13/09/2013.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

Conceder a licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude das obras de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 577/03, incidente sobre um prédio sito na Rua do Repouso, Lote 24, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.773 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.942, da referida freguesia de Marinha Grande, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, atendendo à atual conjuntura económica, ao interesse manifestado pela firma requerente na conclusão da obra e posterior utilização do edifício, e ao impacte urbanístico negativo que um prédio inacabado/desocupado apresenta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1003/11 – PC N.º 361/08 – ÂNGELA MARISA PEREIRA LOPES

846 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de construção de uma moradia e muros, a que foi atribuído o número de processo 361/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Rosas, Lugar de Pedra de Cima, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na conservatória do registo predial da Marinha Grande sob o n.º 14.1452 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.831, da respetiva freguesia de Marinha Grande, apresentado por Ângela Marisa Pereira Lopes, com o NIF n.º 219283680, com residência na Rua dos Arrabaldes, n.º 22, R/C-Esq.º, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 29/04/2010. Presente informação técnica datada de 13/09/2013, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 29/04/2010, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de uma moradia e muros, incidente sobre um prédio sito na Rua das Rosas, Lugar de Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande.
- A titular do processo de licenciamento nº 361/08, Ângela Marisa Pereira Lopes, com o NIF n.º 219283680, com residência na Rua dos Arrabaldes, n.º 22, R/C-Esq.º, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, foi regularmente notificada pelo ofício nº 341/13, de 05/04/2013, rececionado em 16/07/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 06/08/2013;
- Durante este prazo a titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que a titular do processo nº 361/08, Ângela Marisa Pereira Lopes, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de obras de construção de uma moradia e muros, incidente sobre um prédio sito na Rua das Rosas, Lugar de Pedra de Cima, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na conservatória do registo predial da Marinha Grande sob o n.º 14.1452 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.831, da respetiva freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1393/13 – PC N.º 635/01 – JOAQUIM NETO DA SILVA CARLOS

847 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1393/13 de 05/09/2013, apresentado por Joaquim Neto da Silva Carlos, com o NIF 155724690, residente em Rua Augusto Oliveira Guerra, n.º 28, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 635/01, e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 122/12, emitido em 19/12/2012.

Presente parecer técnico datado 12/09/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Marma, lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Joaquim Neto da Silva Carlos, com o NIF 155724690, residente em Rua Augusto Oliveira Guerra, n.º 28, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

9 - REQ. N.º 1286/13 – PC N.º 278/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.

848 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, S.A., para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas infraestruturas existentes, a levar a efeito na Avenida José Gregório, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 28/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas infraestruturas existentes, a levar a efeito na Avenida José Gregório, Freguesia de Marinha Grande, numa extensão de 800 mts, por um período mínimo de 1 mês, com os seguintes condicionalismos:

- 1) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção
- 2) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.
- 3) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1282/13 – PC N.º 275/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.

849 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, S.A., para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas infraestruturas existentes, a levar a efeito em Rua de Diu, Rua Cidade do Fundão, Rua de Oeiras, Rua Vila Real de Santo António, Rua da Embra e Rua de Leiria, Freguesia de Marinha Grande, numa extensão de 1.910 mts.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 28/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

- 1) Deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas infraestruturas existentes, a levar a efeito Rua de Diu, Rua Cidade do Fundão, Rua de Oeiras, Rua Vila Real de Santo António e Rua da Embra, todas da Freguesia de Marinha Grande, , por um período mínimo de 1 mês, com os seguintes condicionalismos:
 - a) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção
 - b) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.
 - c) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

- 2) Informar a entidade requerente que, no que diz respeito à Rua de Leiria, uma vez que esta via está sob a jurisdição das Estrada de Portugal, S.A., deverão requerer a autorização de execução dos trabalhos neste arruamento àquela entidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1284/13 – PC N.º 276/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.

850 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, S.A., para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas infraestruturas existentes, a levar a efeito em Av. Eng.º Arala Pinto, Avenida José Henriques Vareda e Estrada da Nazaré, Freguesia de Marinha Grande, numa extensão de 1.715 mts.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 28/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

- 1) Deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas infraestruturas existentes, a levar a efeito em Av. Eng.º Arala Pinto e Avenida José Henriques Vareda, Freguesia de Marinha Grande, por um período mínimo de 1 mês, com os seguintes condicionalismos:
 - a) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção
 - b) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.
 - c) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.
- 2) Informar a entidade requerente que, no que diz respeito à Estrada da Nazaré, uma vez que esta via está sob a jurisdição das Estrada de Portugal, S.A., deverão requerer a autorização de execução dos trabalhos neste arruamento àquela entidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1285/13 – PC N.º 277/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.

851 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, S.A., para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de

cablagem, a instalar nas infraestruturas existentes, a levar a efeito na Avenida 1.ª de Maio e Avenida Eng.ª Arala Pinto, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 28/08/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas infraestruturas existentes, a levar a efeito na Avenida 1.ª de Maio e Avenida Eng.ª Arala Pinto, Freguesia de Marinha Grande, numa extensão de 250 mts, por um período mínimo de 1 mês, com os seguintes condicionalismos:

- 1) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção
- 2) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.ª, 86.ª, 87.ª, 88.ª e 89.ª do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.
- 3) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 1343/13 – PC N.º 288/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

852 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., para execução de trabalhos referentes a colocação de cablagem, a instalar nos postes da EDP já existentes na Estrada da Maceira, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 03/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos, referentes a colocação de cablagem, a instalar em postes da EDP existentes, a levar a efeito na Estrada da Maceira, Freguesia de Marinha Grande, por um período mínimo de 1 mês, com os seguintes condicionalismos:

- 1) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção
- 2) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.ª, 86.ª, 87.ª, 88.ª e 89.ª do Regulamento

Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

- 3) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 1347/13 – PC N.º 289/13 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

853 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., para execução de trabalhos em subsolo referentes a colocação de cablagem, numa extensão de 5m de passeio, a levar a efeito na Estrada da Maceira e Rua da Paz, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 03/09/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo referentes a colocação de cablagem, numa extensão de 5m de passeio, a levar a efeito na Estrada da Maceira e Rua da Paz, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1) Os pavimentos devem ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção
- 2) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.
- 3) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos respetivos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2013. REQUERENTE: VIDROMECÂNICA-METALOMECÂNICA VIDREIRA LIMITADA

854 - Presente pedido apresentado pela sociedade Vidromecânica – Metalomecânica Vidreira limitada (titular do procedimento de licenciamento de uma ampliação de um pavilhão industrial, na Rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha

Grande), referente à sujeição da operação urbanística aprovada ao quadro de benefícios previstos no “Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2013”, que se dá por reproduzido.

Presente documento do Instituto da Segurança Social, datado de 11-09-2013.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a redução em 50% das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 1 posto de trabalho no concelho da Marinha Grande. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial. Nestes termos o pedido está enquadrado no patamar que confere 50% de redução das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística – licenciamento municipal, através da deliberação camarária de 6 de setembro de 2013, da ampliação de um pavilhão industrial sito na Rua Central, n.º 22, Garcia, Marinha Grande, processo n.º 16/2013, em nome de Vidromecânica – Metalomecânica Vidreira Limitada, com o NIPC 502 256 087, com sede na Rua da Marinha Pequena, n.º 22, Marinha Grande, no âmbito do citado Programa de Apoio e consequentemente conceder-lhe 50% de redução das taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova e se dá por integralmente reproduzida e fica anexa **(Anexo 5)**.

Os efeitos da presente deliberação ficam condicionados à apresentação de documento da Segurança Social com indicação expressa do número de trabalhadores que laboram na unidade industrial objeto de ampliação e sua identificação, uma vez que o documento apresentado pela requerente, com o registo de saída n.º 127333, de 11-09-2013, apenas contém elementos da sociedade, enquanto entidade empregadora, tais como o número de identificação da Segurança Social, atividade económica, estatuto jurídico, natureza jurídica.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ATENDIMENTO PÚBLICO

Embora não se trate de uma reunião pública, encontrava-se presente uma munícipe que pretendia expor o seu assunto, pelo que o executivo, nos termos do art.º 84º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, efetuou o seguinte atendimento:

A **Srª Maria Lucinete Batista Tojeira**, residente em Rua do Molha Pão, n.º 7 - Maceira - Telef 244772523 ou 918205737, denunciou a realização, de há oito anos para cá, de obras clandestinas na Rua dos Naturais, n.º 22, S. Pedro de Moel, Marinha Grande, pelo que solicita à Câmara que averigüe esta situação.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

A munícipe foi informada de que a Câmara irá averiguar e solicitar à Fiscalização a elaboração de relatório para ser presente numa próxima reunião camarária.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião pelas 13:30 horas, retomando-se a mesma amanhã, dia 17 de setembro, pelas 15:00 horas, para apreciação e votação dos assuntos que transitaram da ordem do dia desta reunião, bem como de assuntos não incluídos na ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Aos dezassete dias do mês de setembro de dois mil e treze, pelas 15:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, em continuação da sua reunião ordinária do dia 16 de setembro, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho não esteve presente no dia 17/09/2013, na continuação da reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

20 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.

855 - Presente requerimento apresentado pela firma Lena, Construções, SA, com o n.º de entrada 6318/2013, datado de 19/08/2013, propondo a aprovação do cálculo da revisão de preços da empreitada em epígrafe.

Presente informação da DISU com a ref.ª LF/13-20, datada de 16.09.2013, propondo a aprovação da revisão de preços do contrato inicial da empreitada designada por “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande”, adjudicada à firma Lena, Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª LF/13-20, datada de 16.09.2013, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar:

- a) a revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre setembro de 2011 e março de 2013, no valor de 86.447,61 € (oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e sessenta e um centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 39.101,07 € (trinta e nove mil, cento e um euros e sete centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre a revisão de preços provisória (aprovada em 20 de dezembro de 2012) e a presente revisão definitiva;
- b) a revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre abril de 2013 e agosto de 2013, no valor de 22.740,30 € (vinte e dois mil, setecentos e quarenta euros e trinta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

da empreitada designada por “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande”, adjudicada à firma Lena, Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” - CP 06/2010 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (JUNHO 2011 A MARÇO 2013) DO CONTRATO INICIAL.

856 - Presente informação da DISU, com a ref.ª AR-14.2013, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre junho de 2011 e março de 2013, no valor de 19.869,16€ (Dezanove mil e oitocentos e sessenta e nove euro(s) e dezasseis centimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.

Considerando que o cálculo da revisão de preços definitiva deve ser efetuado logo que sejam publicados os indicadores económicos para o período em referência, nos termos do Artigo 16.º, n.º2, do Decreto-Lei n.º6/2004.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada nos dias
16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Assim, apreciada a informação com a ref.ª AR-14.2013, que fica anexa (**Anexo 2**) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara Municipal delibera o seguinte:

- a) Retificar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 148º do Código do Procedimento Administrativo, o teor da deliberação de câmara datada de 20 de dezembro de 2012, nos seguintes termos:

Onde se lê:

“Proceder ao pagamento apenas do valor de 218,36 € (duzentos e dezoito euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o Artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 6/2004.”

Deve ler-se:

“Proceder ao pagamento de 218,35 € (duzentos e dezoito euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o Artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 6/2004.”

Devendo os serviços da Contabilidade proceder ao ajuste do valor pago ao empreiteiro.

- b) Aprovar a revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre junho de 2011 e março de 2013, no montante de 19.869,16€ (Dezanove mil e oitocentos e sessenta e nove euro(s) e dezasseis cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 9.844,20€ (Nove mil e oitocentos e quarenta e quatro euro(s) e vinte cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre a revisão de preços provisória (aprovada em 20 de dezembro de 2012) e a presente revisão definitiva, da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, realizada pela firma HABITÂMEGA - Construções, S.A., ao abrigo do disposto no n.º1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21-A - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” - CP 06/2010 – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (ABRIL 2013 A AGOSTO 2013) DO CONTRATO INICIAL.

857 - Presente informação da DISU, com a ref.ª AR-15.2013, propondo a aprovação da revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre abril de 2013 e agosto de 2013, no valor de 18.718,83€ (Dezoito mil e setecentos e dezoito euro(s) e oitenta e três cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª AR-14.2013, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara Municipal delibera o seguinte:

- a) Aprovar a revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre abril de 2013 e agosto de 2013, no montante de 18.718,83€ (Dezoito mil e setecentos e dezoito euro(s) e oitenta e três cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, realizada pela firma HABITÂMEGA - Construções, S.A., ao abrigo do disposto no n.º1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

858 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.40.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões no valor de 20.524,47 € (vinte mil quinhentos e vinte e quatro euros e quarenta e sete cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º do CCP, respeitantes às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas.

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada.

Considerando que os trabalhos de suprimentos dos erros e omissões se destinam a suprir erros e omissões detetados e necessários à execução e conclusão da obra.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 376º do CCP, uma vez que o valor dos presentes trabalhos, calculada ao novo preço contratual por força da compensação entre trabalhos a mais e trabalhos a menos, corresponde a 1,16% e que, somado o valor de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e tendo em conta que o valor dos anteriores trabalhos a mais foi integralmente compensado pelo valor dos trabalhos a menos, calculado ao novo valor contratual por força dessas compensações, corresponde a 12,92%.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.40.2013, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de *Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA*, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:

- a) Trabalhos de suprimento dos erros e omissões a preços contratuais no valor de 5.207,35€ (Cinco mil duzentos e sete euros e trinta e cinco cêntimos) acrescido

de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º, nº 1, do CCP, respeitante a quantidades não previstas ou desconformes com a realidade;

- b) Trabalhos de suprimento dos erros e omissões a preços acordados no valor de 15.317,12 € (quinze mil trezentos e dezassete euros e doze cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º, nº 1, do CCP, respeitante aos trabalhos omissos;
- c) Prazo de 15 dias, necessários à execução dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões, o que determina a aprovação de uma prorrogação do prazo de execução da obra em 7 dias, de acordo com o artigo 374º e com a alínea b) do n.º 2 do artigo 377.º, do CCP;.

Mais deliberou, que a firma adjudicatária seja notificada para apresentar um plano de trabalhos atualizado, em conformidade com o disposto no artigo 361.º, n.º 3, do CCP.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - "ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013" - CONTRATO CELEBRADO EM 29-08-2011 - APRECIÇÃO

859 - Considerando que em reunião da Câmara Municipal de 29-11-2012 foi deliberado considerar que o contrato celebrado em 29-08-2011, relativo ao P.A. n.º 21/2011-AP/DEDIS- "Alimentação escolar para os anos letivos 2011/2012 e 2012/2013", se tipificava como um contrato misto e por isso não sujeito a redução remuneratória, nem a parecer prévio, nos termos conjugados do art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro e do art.º 69.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 29-A/2011 de 1 de Março.

Considerando que a autarquia foi notificada da decisão favorável relativa ao Processo n.º 671/12.5 BELRA, ação administrativa comum, forma sumaríssima, que se anexa, relativa a ação intentada pela empresa Gertal- Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., no âmbito do cumprimento de obrigações contratuais, no dia 05-12-2012.

Considerando que o entendimento constante da deliberação de 29-11-2012 consistiu meramente na emissão de um ato inserido no raio dos poderes de interpretação do contrato e que não é suscetível de ser imposto, nesse ou noutro sentido, ao cocontratante.

Considerando que o teor da deliberação de novembro passado foi imbuído de um sentido que visava garantir o fornecimento de refeições aos alunos do concelho da Marinha Grande.

Considerando que esta Câmara Municipal deliberou na convicção de que tal qualificação se enquadrava nos parâmetros legais aplicáveis.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Considerando que a sentença do Tribunal Administrativo de Leiria adota um diferente entendimento, em processo diferente mas que é substancialmente idêntico.

Considerando que se trata de matéria que não pode ser objeto de decisão unilateral imperativa por parte desta autarquia, devendo por isso ser submetida ao foro judicial.

Considerando que, de acordo com a sentença do Tribunal Administrativo de Leiria, o contrato em apreço se deve qualificar como contrato de prestação de serviços e consequentemente está sujeito a redução remuneratória, nos termos da Lei do Orçamento de Estado.

A Câmara Municipal delibera:

- 1) Pagar, pelo seu valor total, as faturas ainda em dívida relativas à execução do contrato n.º 52/2011;**
- 2) Instaurar a ação judicial devida, nos termos do Código do Processo nos Tribunais Administrativos, com vista à emissão de pronúncia judicial definitiva quanto à qualificação do contrato e à sua sujeição a redução remuneratória, em conformidade com a Lei do Orçamento de Estado;**

A Câmara Municipal delibera, ainda, que a presente deliberação prevalece sobre a deliberação de 29 de novembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - "ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013"- REVISÃO DE PREÇOS

86o - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 28 de julho de 2011 foi adjudicada a confecção e fornecimento de refeições nas cantinas escolares do Concelho da Marinha Grande para os anos lectivos 2011/2012 e 2012/2013 à proposta apresentada pela empresa Narest - Sociedade Nacional de Restauração, Lda, pelo valor global de 626.938,38 euros (seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e oito euros e trinta e oito centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a cláusula 16.ª da parte I do caderno de encargos determina que o contrato fica sujeito a revisão de preços a partir do segundo ano de vigência, ou seja, no início do ano lectivo 2012/2013, correspondente ao índice de preços no consumidor verificado no dia 30 do mês de junho de 2012.

Considerando que o Índice de Preços do Consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de junho de 2012 é de 3,33%.

Considerando que a revisão de preços é devida pela entidade adjudicante no final do contrato e que o ano lectivo 2012/2013 terminou no passado mês de julho de 2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Considerando que a empresa requereu à autarquia o pagamento da revisão de preços nos termos da cláusula 16.ª da parte I do caderno de encargos.

Considerando que a despesa que decorre da revisão de preços deste contrato tem enquadramento orçamental na classificação orgânica/económica 07/020105 e ação do PAM 2011/A/19, tendo sido emitida a proposta de cabimento pela Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea b), n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e art.º 64, n.º 1, alínea d) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar a revisão de preços do contrato relativo à *“Alimentação escolar para os anos lectivos 2011/2012 e 2012/2013”*, prevista na cláusula 16.ª da parte I do caderno de encargos, de acordo com o índice de preços do consumidor registado no mês de junho 2012 (3,33%), passando o preço unitário por refeição de 1,23 euros para 1,27 euros, ao que corresponde um aumento de 0,04 euros por refeição, acrescidos de IVA à taxa de 23%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA CULTURAL.

861 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara, de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a projetos e agentes culturais não profissionais e o apoio a atividades culturais de interesse municipal, designadamente nos domínios da cultura, de acordo com as alíneas f) e g) n.º 2 do artigo 20.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE	Plano de atividades – Escola de Música	501163980	6.000,00€	2013/A/95
SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º DE MAIO	Plano de atividades – Rancho Folclórico	501056467	1.000,00€	2013/A/95
SPORT IMPÉRIO MARINHENSE	Plano de atividades – Teatro	501422986	1.000,00€	2013/A/95
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	Plano de atividades – Teatro	501417702	1.000,00€	2013/A/95

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar as minutas de contratos-programa a celebrar com cada uma das entidades, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA CULTURAL. ATIVIDADES PONTUAIS

862 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara, de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a projetos e agentes culturais não profissionais e o apoio a atividades culturais de interesse municipal, designadamente nos domínios da cultura, de acordo com as alíneas f) e g) n.º 2 do artigo 20.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Considerando que as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASSOCIAÇÃO CONCELHIA DE ASSOCIAÇÕES DA MARINHA GRANDE	Marchas Populares 2013	509688063	13.000,00€	2013/A/93
CLUBE DESPORTIVA DA GARCIA	Comemorações do 25 de abril de 2013	501395369	500,00€	2013/A/87
AGRUPAMENTO ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE	Comemorações do 25 de abril de 2013	600076768	500,00€	2013/A/87

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar as minutas de contratos-programa a celebrar com cada uma das entidades, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA DESPORTIVA

863 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio atividades desportivas e recreativas de interesse municipal, designadamente nos domínios do desporto, de acordo com a alínea b) n.º 2 do artigo 21.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
CLUBE DESPORTIVO MOITENSE	Circuito ciclismo	501216049	1.500,00€	2013/A/111
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	XI Grande Prémio de Atletismo	501254242	500,00€	2013/A/111
SOC. INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º DE MAIO	Andebol de Praia	501056467	1.500,00€	2013/A/111
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	Voleibol de Praia	501417702	1.500,00€	2013/A/111

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. ÁREA DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Assunto retirado da ordem do dia.

40 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA SOCIAL

864 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, onde se inclui a deficiência, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASSOC. DADORES BENÉVOLOS SANGUE CONCELHO MARINHA GRANDE	Plano de atividades 2013	501061029	1.000,00€	2013/A/43

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40-A - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – 2.ª FASE. ÁREA SOCIAL

865 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, onde se inclui a deficiência, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	Almoço de Natal 2013	502870419	1.500,00€	2013/A/50
COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DA FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA	Almoço de Natal 2013	506171795	1.000,00€	2013/A/50

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar as minutas de contratos-programa a celebrar com cada uma das entidades, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA SOCIAL. APPACDM MARINHA GRANDE

866 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos da deliberação de câmara de 25 de julho de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Considerando que na ação 2013/A/137 do Plano de Atividades Municipais está prevista verba suficiente para satisfazer o presente encargo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	Objeto	NIF	VALOR A ATRIBUIR
APPACDM MARINHA GRANDE – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	Obra para execução de furo de captação	504646796	10.000,00€

Delibera que com a celebração do contrato programa seja efetuado o pagamento imediato de 5.000,00€ (cinco mil euros) à entidade APPACDM Marinha Grande – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, com sede na Rua Professor Bentos Jesus Caraça, 2430 Marinha Grande, com o número de identificação fiscal 504646796.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA

867 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos da deliberação de câmara de 25 de julho de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos recreativos de âmbito local, de acordo com a alínea c) n.º 2 do artigo 21.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Considerando que na ação 2013/A/110 do Plano de Atividades Municipais está prevista verba suficiente para satisfazer o presente encargo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	Objeto	NIF	VALOR A ATRIBUIR
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA	Apoio a infraestruturas (2.ª fase da obra)	500787654	10.000,00€

Mais delibera que na data da celebração do contrato programa seja efetuado o pagamento imediato de 5.000,00€ (cinco mil euros) à entidade Associação Cultural e Recreativa da Comeira, com sede na Rua da Covinha Comeira, 2430-072 Marinha Grande, com o número de identificação fiscal 500787654.

A Câmara Municipal delibera ainda condicionar a celebração do contrato à prévia apresentação do cronograma temporal da execução dos trabalhos correspondentes à segunda fase da obra correspondente ao apoio concedido, que deve ocorrer, imprerivelmente, até ao dia 15 de outubro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA CULTURAL. SPORT IMPÉRIO MARINHENSE

868 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos da deliberação de câmara de 25 de julho de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local, de acordo com a alínea h) n.º 2 do artigo 20.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Considerando que na ação 2013/A/136 do Plano de Atividades Municipais está prevista verba suficiente para satisfazer o presente encargo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

ENTIDADE	Objeto	NIF	VALOR A ATRIBUIR
SPORT IMPÉRIO MARINHENSE	Reconstrução de salão de festas	501422986	10.000,00€

Delibera que com a celebração do contrato programa seja efetuado o pagamento imediato de 5.000,00€ (cinco mil euros) à entidade Sport Império Marinhense, com sede Engenho, 2430-275 Marinha Grande, com o número de identificação fiscal 501422986.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA SOCIAL. S. SILVESTRE MOITA

869 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos da deliberação de câmara de 25 de julho de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e da ação social, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios a participação em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios da exclusão social, de acordo com o n.º 3 do artigo 23.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Considerando que na ação 2013/A/137 do Plano de Atividades Municipais está prevista verba suficiente para satisfazer o presente encargo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	Objeto	NIF	VALOR A ATRIBUIR
S. SILVESTRE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA	Aquisição de uma viatura automóvel para transporte de utentes	506617939	10.000,00€

Delibera que com a celebração do contrato programa seja efetuado o pagamento imediato de 5.000,00€ (cinco mil euros) à entidade S. Silvestre Associação de Solidariedade Social da Moita, com sede na Rua Figueira de Gomes n.º 4, 2445-611 Moita, com o número de identificação fiscal 506617939.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. INFRAESTRUTURAS ÁREA DESPORTIVA. GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS".

870 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos da deliberação de câmara de 25 de julho de 2013, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos recreativos de âmbito local, de acordo com a alínea c) n.º 2 do artigo 21.º da Lei 159/99, de 14 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Considerando que na ação 2013/A/110 do Plano de Atividades Municipais está prevista verba suficiente para satisfazer o presente encargo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	Objeto	NIF	VALOR A ATRIBUIR
GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”	Sistema de rega no campo de jogos do Tojal	500885044	10.000,00€

Mais delibera que com a celebração do contrato programa seja efetuado o pagamento imediato de 5.000,00€ (cinco mil euros) à entidade Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, com sede no Casal do Birne, 2430 Marinha Grande, com o número de identificação fiscal 500885044.

A Câmara Municipal delibera ainda condicionar a celebração do contrato à prévia apresentação dos documentos referidos no n.º 2, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que deve ocorrer, impreterivelmente, até ao dia 15 de outubro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

871 - No dia 17 de setembro de 2013, e de acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera ainda, por unanimidade, analisar os seguintes assuntos:

16. PROCESSO N.º 1024/00 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA – APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA – DELIBERAÇÃO FINAL
17. REQ. N.º 1480/13 – PC N.º 222/13 – MANUEL CARLOS NUNES DA ASSUNÇÃO
18. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – PAGAMENTOS DA MENSALIDADE DAS “CAF’S” POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
19. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – PAGAMENTOS DA MENSALIDADE DE “ALIMENTAÇÃO ESCOLAR” POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

20. TRANSPORTE DE ALUNOS NAS LINHAS URBANAS DA TUMG, NO ANO LETIVO 2013/2014
21. PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. FRATERNIDADE DE NUNO ÁLVARES
22. AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTOS. CONTRATOS CELEBRADOS COM A TUMG.
23. EMISSÃO DE CARTÕES PLASTIFICADOS TIPO PASSE NO ÂMBITO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO ANO LETIVO 2013/2014.
24. FESTAS DE ENCERRAMENTO DA CAMPANHA ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS - ISENÇÃO DE TAXAS

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

**16 – PROCESSO N.º 1024/00 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA –
APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA –
DELIBERAÇÃO FINAL**

872 - Presente processo n.º 1024/00 em nome de Associação Cultural e Recreativa da Comeira, com o NIPC n.º 500787654, com sede em Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente deliberação camarária de 06-09-2013, em que foi deliberado notificar a associação, já identificada, para se pronunciar em sede de audiência prévia, sobre o projeto de caducidade da licença para alteração/ampliação do edifício da sua sede.

Considerando que a Associação Cultural e Recreativa da Comeira se pronunciou, dentro do prazo e em sede de audiência prévia, sobre a intenção, por parte desta Câmara Municipal, de declarar a caducidade da licença, concedida em reunião camarária de 29-07-2010, para alteração/ampliação do edifício da sua sede;

Considerando que a interessada veio alegar as dificuldades económicas, fruto da atual conjuntura de crise, que não lhe permitiram cumprir as suas obrigações, mormente a apresentação do pedido para emissão do respetivo alvará de licença de obras;

Considerando que a licença em questão é fundamental para que a associação prossiga os seus fins culturais, desportivos e recreativos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Considerando que a dita associação assume um papel relevante, nas vertentes já referidas, a nível concelhio;

Considerando que o cabal desenvolvimento das atividades descritas pressupõe instalações físicas adequadas e condignas;

A Câmara Municipal, sensível aos argumentos aduzidos, nomeadamente às dificuldades financeiras deste tipo de entidades, agravadas pela atual situação económica do país e entendendo que o associativismo tem um papel determinante na formação dos mais jovens em particular, e da população em geral, delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia, pela Associação Cultural e Recreativa da Comeira, com sede em Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, como impeditivos da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 29/07/2010, processo n.º 1024/00, respeitante ao licenciamento da obra de alteração/ampliação do edifício destinado à sua sede, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 – REQ. N.º 1480/13 – PC N.º 222/13 – MANUEL CARLOS NUNES DA ASSUNÇÃO

873 - Presente pedido formulado pelos requerimentos n.º 1088/13 e n.º 1480/13, em nome de Manuel Carlos Nunes da Assunção e Outros com o NIF 193930617, residente em Rua Teresa Ferreira, n.º 6, Lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para a alteração à operação de loteamento com obras de urbanização com alvará n.º 01/2011, com termo de validade em nome de Fernando Carriça, Construções Civil, Lda., de prédio sito na Rua Santo António de Platina e Rua Dr. Franklin Vieira Dias, dos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 7566, n.º 7567, n.º 7569, n.º 7570, n.º 7571 e n.º 7572 e na Matriz Predial Urbana sob os n.º 5524-P, n.º 5525, n.º 5610-P, n.º 5528-P, n.º 5529-P e n.º 5530-P, respectivamente, da freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande;

Presentes pareceres técnicos datados de 24/07/2013, 13/09/2013 e 16/09/2013, que atestam que os pedidos de alteração ao loteamento com alvará n.º 01/2011, apresentados pelo requerente, encontram-se em condições de merecer aprovação;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o pedido formulado pelos requerimentos n.º 1088/13 e n.º 1480/13, em nome de Manuel Carlos Nunes da Assunção e Outros, com o NIF 193930617, residente em Rua Teresa Ferreira, n.º 6, Lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para a alteração à operação de loteamento com obras de urbanização com alvará n.º 01/2011, em nome de Fernando Carriça, Construções Civil, Lda., de prédio sito na Rua Santo António de Platina e Rua Dr. Franklin Vieira Dias, dos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 7566, n.º

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

7567, n.º 7569, n.º 7570, n.º 7571 e n.º 7572 e na Matriz Predial Urbana sob os n.º 5524-P, n.º 5525, n.º 5610-P, n.º 5528-P, n.º 5529-P e n.º 5530-P, respetivamente, da freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 – ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – PAGAMENTOS DA MENSALIDADE DAS “CAF’S” POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

874 - Considerando a intenção de despoletar os procedimentos necessários que permitam o pagamento das mensalidades da Componente de Apoio à Família no âmbito do ensino pré-escolar através de transferência bancária;

Considerando a necessidade de controlo da execução da receita relativa aos pagamentos que venham a ser efetuados por essa via;

Afigura-se como necessário a abertura de uma conta bancária afeta exclusivamente a este fim.

Assim, e considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “CAF’s”, na qual serão efetuados todos os recebimentos das mensalidades da Componente de Apoio à Família, no âmbito do ensino pré-escolar, cujo modo de pagamento utilizado seja a transferência bancária.

Serão intervenientes na movimentação da mesma:

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 16 e 17/09/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

A movimentação da conta deve ser efetuada sempre em simultâneo pelo presidente do órgão executivo ou pelo seu substituto, nas faltas e impedimentos do primeiro, e por uma assistente técnica que exerça funções de Tesoureira, atento o preceituado no mapa de pessoal para o ano de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 – ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – PAGAMENTOS DA MENSALIDADE DE “ALIMENTAÇÃO ESCOLAR” POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

875 - Considerando a intenção de despoletar os procedimentos necessários que permitam o pagamento das mensalidades da alimentação escolar através de transferência bancária;

Considerando a necessidade de controlo da execução da receita relativa aos pagamentos que venham a ser efetuados por essa via;

Afigura-se como necessário a abertura de uma conta bancária afeta exclusivamente a este fim.

Assim, e considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)*”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “Alimentação Escolar”, na qual serão efetuados todos os recebimentos das mensalidades de alimentação escolar cujo modo de pagamento utilizado seja a transferência bancária.

Serão intervenientes na movimentação da mesma:

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

A movimentação da conta deve ser efetuada sempre em simultâneo pelo presidente do órgão executivo ou pelo seu substituto, nas faltas e impedimentos do primeiro, e por uma assistente técnica que exerça funções de Tesoureira, atento o preceituado no mapa de pessoal para o ano de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 – TRANSPORTE DE ALUNOS NAS LINHAS URBANAS DA TUMG, NO ANO LETIVO 2013/2014

876 - Considerando que foi identificada a necessidade de proceder à contratação do serviço de transporte de alunos nas linhas urbanas da TUMG para o ano letivo 2013/2014, nos termos de informação proveniente da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, que se dá por reproduzida.

Considerando que se trata de contratação excluída da aplicação da parte II do Código dos Contratos Públicos (artigo 5.º, n.º 2).

Considerando que o Município pode contratualizar a aquisição de serviços de *Transporte de alunos nas linhas urbanas da TUMG* diretamente junto da TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. por reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- O Município exerce sobre a empresa municipal o mesmo tipo de controlo que exerce sobre os seus serviços. No caso em apreço acresce ainda que o Município da Marinha Grande detém 100% do capital social da TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A.
- A TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. realiza a maior parte dos seus serviços com o Município.

Considerando que, atento parecer jurídico requerido sobre este processo, a contratação do “*Transporte de alunos nas linhas urbanas da TUMG*” cumpre o disposto no artigo 36.º, n.º 2, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, bastando para tal a junção ao processo das cópias da deliberação camarária que fixou o preço dos passes e do contrato programa em vigor.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º

da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, conforme documentação em anexo no processo.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 6 do artigo 75.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013, não estão sujeitas ao disposto nos números 1 e 4 do mesmo artigo, isto é, não estão sujeitas a parecer prévio vinculativo e redução remuneratória: *"(...)A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e pela presente lei, entre si ou com entidades públicas empresariais."*

Considerando que o Conselho de Administração da TUMG é composto pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da Câmara, circunstância que os impede de intervir no procedimento em apreço (cfr. deliberação camarária, de 25 de julho passado).

A Câmara Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, do artigo 5.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos e do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera:

- Ratificar o despacho n.º 248-AP/DFTI/2013, de 9 de setembro, que se dá por integralmente reproduzido;
- Adjudicar a prestação de serviços de transporte de alunos nas linhas urbanas da TUMG, no ano letivo 2013/2014, no valor total de dez mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e vinte cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, que inclui o transporte dos alunos e a emissão de até 100 cartões para o efeito, à TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal SA, NIPC 505 849 348;
- Aprovar a minuta do contrato a celebrar, cujos efeitos se reportam a 16 de setembro de 2013;
- Designar a vereadora Cidália Ferreira para, em nome do Município, outorgar o contrato em causa e para subsequentemente autorizar os pagamentos devidos em execução do contrato.

A despesa inerente a esta adjudicação será satisfeita por dotação existente nas classificações orgânica/económica 06/020210 e 06/020225, na ação do PAM 2013/A/37, tendo sido emitidas as propostas de cabimento n.º 2285/2013 e 2286/2013, o compromisso n.º 2705/2013 e a contração de dívida n.º 3435, atento o preceituado no n.º 3 do art.º 5.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara estiveram ausentes durante a discussão e votação por se encontrarem impedidos, uma vez que fazem parte do Conselho de Administração da TUMG.

21 - PROPOSTA DE PROTOCOLO CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES. FRATERNIDADE DE NUNO ÁLVARES

877 - O interesse público não é prosseguido de forma exclusiva pelas entidades públicas a cargo das quais a Constituição ou a lei conferem determinadas atribuições concretas. No âmbito territorial de um município existe um conjunto vasto de intervenientes que contribuem decisivamente para uma maior densidade e presença de atividades e projetos que se revestem de interesse público.

As associações sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade no concelho da Marinha Grande desempenham um papel da maior importância na dinamização de atividades que se revestem de interesse público e que por isso justificam a concessão de apoios ou benefícios públicos.

Considerando que compete à Câmara Municipal o poder de atribuir apoios ou benefícios que se destinem à prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nos termos da alínea b) n.º 4 e a alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando que o Município da Marinha Grande é dono e legítimo possuidor do edifício do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 107/240675 e inscrito na matriz predial urbana com o artigo 16467, designado por “Escola EB1 do Pero Neto”;

Considerando a necessidade e conveniência de formalizar a parceria existente entre Município da Marinha Grande e a Fraternidade de Nuno Álvares, Associação dos Antigos Filiados no Corpo Nacional de Escuta para aí desenvolver O Centro de Atividades Escutistas e Formação de Escutismo Adulto da Marinha Grande;

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto nas alíneas a) e b), do n.º 4 e a alínea a) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar a celebração do contrato de comodato de instalações do edifício do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 107/240675 e inscrito na matriz predial urbana com o artigo 16467, designado por “Escola EB1 do Pero Neto”, com a Fraternidade de Nuno Álvares, Associação dos Antigos Filiados no Corpo Nacional de Escuta para aí desenvolver “O Centro de Atividades Escutistas e Formação de Escutismo Adulto da Marinha Grande”, constante no anexo 1 (Anexo 6 da presente ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 – AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTOS. CONTRATOS CELEBRADOS COM A TUMG.

878 - Considerando que os pagamentos devidos no âmbito da execução dos contratos celebrados devem ser autorizados, em regra, pelo Presidente da Câmara.

Considerando que os pagamentos decorrentes da execução dos contratos celebrados com a TUMG, relativos à prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros e à prestação de serviços de transportes escolares e outros para o ano de 2013 devem ser autorizados nos termos da lei.

Considerando que o Conselho de Administração da TUMG é composto pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da Câmara, circunstância que os impede de intervir no procedimento em apreço (cfr. deliberação camarária, de 25 de julho passado).

A Câmara Municipal delibera incumbir a Vereadora Cidália Ferreira da competência para autorizar os pagamentos decorrentes da execução dos contratos celebrados com a TUMG, relativos à prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros e à prestação de serviços de transportes escolares e outros para o ano de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara estiveram ausentes durante a discussão e votação por se encontrarem impedidos, uma vez que fazem parte do Conselho de Administração da TUMG.

23 – EMISSÃO DE CARTÕES PLASTIFICADOS TIPO PASSE NO ÂMBITO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO ANO LETIVO 2013/2014.

879 - Presente processo de aquisição relativo à emissão de cartões plastificados tipo passe no âmbito do transporte escolar no ano lectivo 2013/2014 (requisição interna 12659, cabimento 2287, compromisso 2711).

Considerando que o Conselho de Administração da TUMG é composto pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da Câmara, circunstância que os impede de intervir no procedimento em apreço (cfr. deliberação camarária, de 25 de julho passado).

A Câmara Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera:

- Ratificar o processo de aquisição relativo à emissão de cartões plastificados tipo passe no âmbito do transporte escolar no ano lectivo 2013/2014 (requisição interna 12659, cabimento 2287, compromisso 2711);**
- Conferir à vereadora Cidália Ferreira a competência para autorizar os pagamentos devidos em execução do referido processo de aquisição.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara estiveram ausentes durante a discussão e votação por se encontrarem impedidos, uma vez que fazem parte do Conselho de Administração da TUMG.

24 - FESTAS DE ENCERRAMENTO DA CAMPANHA ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS - ISENÇÃO DE TAXAS

880 - No próximo dia 29 de setembro realiza-se a eleição dos órgãos autárquicos para o quadriénio 2013/2017.

A cronologia do processo eleitoral prevê, nos termos do disposto no artigo 47.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, na sua redação atual, que o período de campanha eleitoral decorrerá de 17 a 27 de setembro.

Habitualmente este período culmina com uma festa de encerramento promovida pelos partidos políticos, coligações ou grupos de cidadãos proponentes, mediante a realização de festas em locais públicos.

Ao abrigo do artigo 15.º do Regulamento Geral do Ruído aprovado pelo Decreto-lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 278/2007, de 1 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações, qualquer atividade ruidosa temporária está sujeita à emissão de licença especial de ruído e ao pagamento das taxas previstas no artigo 61.º da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Também a eventual instalação de recinto improvisado em espaço público está, conforme prevê o artigo 14.º conjugado com o artigo 16.º do Decreto-lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, sujeita a licenciamento, à emissão de licença de funcionamento e ao pagamento das taxas previstas no artigo 8.º da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Por sua vez, conforme estatui o artigo 29.º do Decreto-lei nº 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual, a realização de arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre dependem de licenciamento da Câmara Municipal, salvo quando tais atividades decorram em recintos já licenciados pela Direção-Geral dos Espetáculos, e estão sujeitas ao pagamento das taxas previstas no artigo 57.º da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

No que toca à incidência das taxas, importa referir que a alínea f) do n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande prevê que poderão ficar isentas

do pagamento das taxas as entidades que pretendam realizar atos ou atividades de relevante interesse público municipal, quando tais atividades não tenham um fim lucrativo.

O licenciamento das mencionadas atividades, inseridas no âmbito das festas de encerramento da campanha eleitoral, são desprovidas de fins lucrativos e revestem um cariz de interesse público na medida em que visam, direta ou indiretamente, promover as candidaturas e esclarecer os cidadãos eleitores sobre os seus programas de ação.

Deste modo, ao abrigo da alínea f) do n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, estão preenchidos os requisitos para a isenção do valor das taxas associadas aos eventuais pedidos de licenciamento enunciados, dado tratarem-se de atividades de relevante interesse público municipal e não terem fins lucrativos.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea f) do n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera isentar os partidos políticos, coligações ou grupos de cidadãos proponentes de candidaturas à eleição dos órgãos autárquicos, do pagamento das taxas relativas à emissão de licença especial de ruído, autorização de instalação e funcionamento de recinto improvisado em espaço público, licenciamento de arraiais e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

▪ **No final da reunião o Sr. Presidente referiu o seguinte:**

⇒ Colocação de painéis – chamou a atenção para o facto de o PSD ter colocado painéis da sua campanha eleitoral num candeeiro, a cerca de 1,5 m de altura, e fixos com arames, o que constitui um perigo para os transeuntes, nomeadamente para os invisuais.

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos respondeu o seguinte:**

⇒ Os arames que suportam as placas são finos e de metal macio. Foi dito que poderá ser perigoso para invisuais. Até admite que a placa de propaganda tenha sido colocada de forma pouco adequada, mas trata-se de uma propaganda política relativa à sua candidatura, que tem fins transitórios, pois daqui a 12 dias já nada lá vai existir. Até é de realçar a preocupação, mas o que é de lamentar é que se faça uma obra com fins não transitórios, uma obra

para sempre, mais concretamente a Galeria de Arte, situada no Palácio Stephens, e que não se tenha em consideração o acesso a deficientes ou a pessoas com dificuldades motoras. Perguntou ao executivo, caso se tratasse de um particular, se a obra seria aprovada. Perguntou ainda se a reconstrução obedece às normas de construção existentes no ordenamento jurídico existente.

▪ **O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

⇒ Lamenta que o Sr. Vereador Dr. António Santos traga esta argumentação à reunião de Câmara depois de instado sobre a sua propaganda política, onde a altura a que a mesma foi colocada pode prejudicar a mobilidade não só de pessoas com dificuldades visuais mais do que qualquer outro transeunte, e que tenha misturado a aprovação de obras municipais que vieram a esta Câmara e que na altura não tenha levantado esta questão.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

881 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:20 horas do dia 17 de setembro de 2013.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião